

10 Encontro Associação Brasileira de Ciências Políticas
“Ciência Política e a Política: Memória e Futuro”

Belo Horizonte – 30 de agosto a 02 de setembro de 2016

Área Temática: Comunicação Política e Opinião Pública

MÍDIA, DEMOCRACIA E A PRESENÇA DOS NEOPENTECOSTAIS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Syntia Pereira Alves (Unimes/ Belas Artes/ FiamFaam)

Resumo:

A crescente participação de religiosos no poder legislativo no Brasil tem chamado especial atenção nos últimos 10 anos. A força adquirida pela união destes parlamentares no Congresso e no Senado brasileiro até ganhou um nome, “Frente Evangélica Parlamentar” (FEP), que vem se destacando por seu aumento numérico, mas especialmente por sua ação na tramitação de projetos no legislativo. Tal cenário político chama atenção por seu ineditismo, seja pela história da os protestantes no Brasil, seja pelos desdobramentos do encontro entre religião e política no congresso nacional.

O principal objetivo do presente trabalho — que faz parte do Projeto Temático Fapesp “Lideranças Políticas no Brasil: Características e Questões Institucionais” (Neamp – PUC/SP) — é apresentar a pesquisa em andamento que busca compreender a relação entre o uso dos meios de comunicação e a ascensão política da “bancada evangélica”. Para tanto, será apresentada a análise dos impactos da participação política dos evangélicos no sistema democrático brasileiro e o uso dos meios de comunicação para consolidação de candidaturas e apoio público. O trabalho foi dividido em duas linhas de pesquisa, uma conceitual e histórica e outra baseada em eventos atuais, levantados a partir dos meios de comunicação. Assim, serão usadas as ciências políticas e a sociologia da religião a fim de pensar temas como a laicidade do Estado, democracia, representação e o conceito de secularização. Como o foco deste estudo é a política brasileira, foi importante também levantar as bases políticas e religiosas presentes no Brasil após a proclamação da República a fim de compreender como a moral religiosa, antes católica, sempre esteve presente na política brasileira. Além disso, o trabalho usou os próprios meios de comunicação para verificar o uso dos meios para a consolidação política da Frente Parlamentar Evangélica.

Os resultados contidos neste trabalho são parciais, e busca mostrar a frequente presença religiosa na política brasileira e como essa presença é assegurada tanto pela estrutura do Estado Democrático, quanto pela população brasileira, que sempre teve nos religiosos importantes líderes políticos e sociais, e não apenas para questões espirituais.

Palavras-chave:

Democracia, Comunicação, Religião.

Introdução

Dos fenômenos políticos brasileiros atuais, certamente um dos que mais chama atenção é a participação da chamada “bancada evangélica” na Câmara Federal, bancada esta formada por bispos, pastores e parlamentares leigos alinhados a dogmas religiosos. No ano de 2006, a câmara contava com 32 deputados que, declaradamente evangélicos, uniam suas forças políticas dando início à “Frente Evangélica Parlamentar”. Em 2010, o número quase dobrou, 70 deputados faziam parte da “bancada”; em 2014 o número de cadeiras de orientação religiosa chegou a 75, e atualmente conta com 78 parlamentares¹. A bancada evangélica no Congresso demonstra força inédita na atual legislatura, tanto por seu crescimento numérico, quanto pelo controle do Comitê dos Direitos Humanos, em 2012, ou na figura do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, membro da igreja Assembleia de Deus.

A que se deve essa expansão? Seria uma expressão de uma sociedade que, ainda que esteja salvaguardada por um Estado Laico, procura representantes políticos guiados por moralidade religiosa, ou seria uma articulação política que se aproveita de valores caros à democracia, como a liberdade religiosa, liberdade de imprensa e expressão, para consolidar um projeto de poder que coloca em questão o conceito de secularização do Estado e sociedade? Essas questões mostram a importância de entender como questões aparentemente antagônicas, como religião e política, têm se mostrado fortemente imbricadas tornando-se a base das articulações políticas da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Além da presidência da Câmara, a FPE busca outros postos-chave em Brasília a fim de ampliar seu nível de influência, e um dos postos mais visados é a chefia da comunicação da Câmara. Embora o cargo não interfira na tramitação de projetos, é relevante por definir como a Câmara divulga discussões polêmicas à sociedade. E também podemos somar a isso a pressão realizada pela “bancada evangélica” à proposta de mudança no Marco Regulatório da Radiodifusão, em 2012, indicando claramente a retaliação que o governo federal sofreria caso as alterações restringissem o uso dos meios de comunicação, em especial a televisão, por Igrejas Evangélicas.

Para entender essas questões, o presente artigo trará um breve histórico da relação da formação do Estado nacional brasileiro com a religião, a princípio na figura da Igreja Católica, a fim de entender como os princípios religiosos sempre estiveram presentes na sociedade, antes mesmo de uma orientação de fato religiosa. Ainda na abordagem histórica, será observada a chegada dos protestantes no Brasil e o crescimento desta orientação religiosa – que é caracterizada por diversas ramificações, entre elas os neopentecostais conhecidos como “evangélicos”. Em seguida o texto tratará do crescimento da “bancada evangélica”, tratando de

¹ Dados de janeiro de 2016.

suas ações no legislativo, e focando mais especificamente em como os meios midiáticos, especialmente na questão do Marco Regulatório da Radiodifusão, fazem parte dos modos de fortalecimento e expansão dos legislados de orientação religiosa cristã.

Dos católicos aos evangélicos

Não deveria surpreender os brasileiros a intrínseca relação entre religião e política que se vê estampada em uma das alas mais importantes do congresso nacional atual - a bancada evangélica -, se pensarmos que o Brasil, primeiro como colônia e depois como nação, nasceu justamente do encontro da coroa com a cruz em território português. A Igreja Católica, que estabeleceu seu poder no Brasil desde o século XVI, promoveu no país um modelo de Catolicismo que, ainda que subordinado ao Estado, impunha sua presença como religião oficial, funcionando como instrumento de dominação social, política e cultural. Com a progressiva hegemonia da mentalidade racionalista e iluminista, na segunda metade do século XVIII, e no segundo reinado, a partir de 1840, inicia-se uma fase em que a Igreja no Brasil é colocada sob as ordens diretas do Papa e não mais como uma instituição vinculada à Coroa luso-brasileira. Assim, a separação da Igreja com o Estado, que vai se fortalecer com a proclamação da República, em 1889, possibilita que a instituição religiosa participe da arena política em colaboração com o Estado, por meio de ações de intelectuais e a formação da Liga Eleitoral Católica, no Rio de Janeiro. Prova disso é a Constituição de 1934, na qual constava o ensino religioso nas escolas públicas, a presença de capelães militares nas Forças Armadas e a concessão estatal para as atividades assistenciais ligadas à Igreja.

Já nas décadas de 1950 e 1960, a Igreja Católica do Brasil desempenha importante papel na articulação da sociedade civil, visando as liberdades democráticas e os direitos civis, constituindo a Teologia da Libertação. Pouco a pouco, a Igreja integra-se aos movimentos sociais, direcionando a atuação da instituição religiosa no Brasil no auxílio aos pobres e excluídos, atuando, pois, nas áreas políticas e econômicas, ainda que fora das esferas institucionais. No final dos anos 1970, e nos anos de 1986 e 1988, a Igreja Católica, além de participar do processo de transição democrática (Stepan, 1987), também participa do processo constituinte e se mobiliza em favor de emendas populares à Constituição. Assim, a Igreja Católica constitui-se historicamente como uma instituição que acompanha as ações do Estado brasileiro, às vezes mais diretamente, às vezes menos.

Ao contrário dos católicos, os protestantes encontraram muitos problemas para poderem chegar ao Brasil em virtude de questões políticas. Ainda durante o Brasil colônia, com a chegada dos holandeses e a Companhia das Índias Ocidentais, vieram os primeiros protestantes para o Brasil. Porém, em virtude de divergências na direção das Companhias, em 1644, Maurício de Nassau renunciou seu cargo de administrador no nordeste brasileiro, dando início à revolta dos

portugueses e brasileiros contra os holandeses, expulsos em 1654. No restante do período colonial o Brasil manteve-se isolado sendo inteiramente vedada a entrada de protestantes. Porém, com a transferência da família real portuguesa, em 1808, abriram-se as portas do país para a entrada legal dos primeiros protestantes (anglicanos ingleses). Esse cenário permanecerá desta forma até a independência do Brasil, quando o país percebe a necessidade de atrair imigrantes europeus. Com a primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824, foi concedida relativa liberdade de culto à população (mas impondo restrições ao casamento civil, uso de cemitérios e educação), ainda que ao na mesma Constituição o catolicismo tenha sido confirmado como religião oficial, como esclarece o afirmou no artigo 5º: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”².

Com a chegada ao Brasil das ideias iluministas, a maçonaria, o liberalismo político e a democracia, durante o século XVIII, inicia-se um processo de enfraquecimento da Igreja Católica e uma crescente abertura ao protestantismo. Apenas com a chegada da República e a separação entre a igreja e o estado, em 1890, a Constituição proclamou medidas liberais como a plena liberdade de culto, o casamento civil obrigatório e a secularização dos cemitérios. Assim, a Igreja Católica foi colocada em pé de igualdade com os outros grupos religiosos; a educação foi secularizada, sendo a religião omitida do novo currículo.

A diferença importante entre a atuação da Igreja Católica e a Protestante, do ponto de vista social, se dá na medida em que, enquanto os primeiros missionários católicos vieram para essas terras com o objetivo de conversão dos indígenas, justificada na própria crença e necessidade da projeção da Igreja Católica, o alvo dos protestantes era outro. Os protestantes tinham seu foco nos próprios cristãos que eram vistos como corrompidos pelos seus costumes e que ignoravam o ideal pregado como o verdadeiro para uma existência cristã. Assim, os missionários protestantes chegaram ao Brasil oferecendo uma outra forma de experimentação religiosa, proposta pela reforma.

Já no século XX, os protestantes reformistas, conhecidos como “evangélicos”³, têm expressado o que muitos autores tem chamado de visibilidade social: uma transformação em relação a um passado de retração e marginalização em meio a um país católico. Gradativamente os censos realizados pelo IBGE⁴ permitem uma observação da mudança da autodeclaração religiosa dos brasileiros e comprovaram um aumento quantitativo e substantivo dos que se denominavam evangélicos, como mostra a tabela abaixo:

2 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm

3 Para verificar as diversas segmentações de protestantes, verifique o artigo: “Breve história do protestantismo no Brasil”, de Alderi Souza de Matos.

4 http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf

ANO	% católicos	% evangélicos	% espiritualistas	% outras religiões	% sem religião
1950	93,5	3,4	1,6	0,8%	0,8
1970	91,8	5,2	1,6	1,0	0,8
1980	88,9	6,7	1,3	1,2	1,9
1991	83,0	10,0	1,5	0,4	4,7
2000	73	15,4	1,7	1,6	7,3
2010	64,6	22,2	2,3	2,7	8,0

Os dados do IBGE mostram a identidade religiosa dos declarantes, mas não a sua prática e nem mesmo a sua pertença a uma determinada igreja ou tradição religiosa. Assim, um indivíduo que se autodeclara evangélico, espiritualista ou mesmo sem religião pode ter sido batizado na Igreja Católica. Outros dados devem ser levados em consideração: segundo o IBGE de 2000, existem no Brasil 1.200 religiões, fato que faz mais importante o fato do país continuar sendo majoritariamente cristão (católico e evangélico). Mas, ainda assim, chama atenção a mudança de autodeclaração religiosa (queda de católicos e o crescimento de evangélicos e de outras religiões) e o crescimento dos que se declaram sem religião chamam atenção.

As possíveis explicações para essa mudança podem ser encontradas na própria atuação da Igreja católica na sociedade civil. Ao longo da formação do Brasil como Estado nacional, descrita acima, a busca por uma maior liberdade do indivíduo e o cumprimento dos direitos humanos esteve acompanhada por uma expressiva queda no número de adeptos da religião.

Religião e política no Brasil

O importante aumento da população que se autodeclara evangélica, observada pelo IBGE, não se reduz somente ao campo das instituições como as Igrejas, mas também pode ser vista no campo político, o que poderia ser visto como uma contradição até tempos atrás, em que esses indivíduos eram vistos como apolíticos, pregando – e ainda pregam - um “apartamento das coisas do mundo”. Nos últimos quinze anos tem-se observado um claro interesse de religiosos de orientação evangélica em ocupar a cena política e participar do jogo eleitoral, penetrando espaços de poder, obtendo prestígio e influência, protagonizando ações públicas e participando de decisões de importância nacional, o que gerou transformações efetivas no cenário político brasileiro.

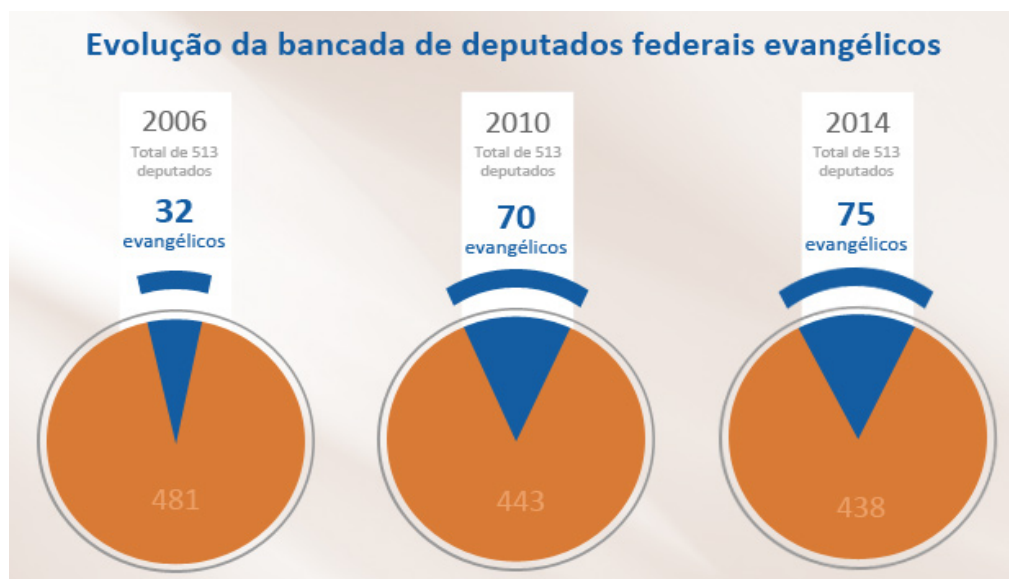
Episódios de importante repercussão nacional mostram a força do compromisso religioso com a política e a instrumentalização política da religião. Nas eleições presidenciais de 2010, por exemplo, questões de natureza religiosa e moral assumiram o centro do debate político com finalidades eleitoreiras. Acusou-se a candidata Dilma Rousseff (PT) de ser favorável à descriminalização do aborto, o que lhe rendeu uma queda significativa nas pesquisas eleitorais. A partir de tais afirmações, a campanha da candidata assumiu um tom moralista, mesmo tom de seus concorrentes. As agendas dos candidatos do pleito de 2010 mostravam um cuidado na comunicação com líderes religiosos que, por sua vez, advertiram os fiéis dos perigos de se eleger um candidato que apoia “práticas abortistas”, interferindo significativamente na disputa presidencial. Assim, os candidatos correram para ampliar suas alianças com segmentos da Igreja Católica e das denominações evangélicas assim como passaram a utilizar exaustivamente mensagens e símbolos religiosos, visando obter a vitória eleitoral.

O segmento evangélico, sobretudo o pentecostal, ganha espaço, principalmente no Poder Legislativo, às vezes somando-se e às vezes se separando dos parlamentares da bancada católica. As bancadas evangélica e católica costumam votar juntas em projetos que envolvem questões morais (aborto e casamento de homossexuais, entre outros) e em algumas matérias sociais (saúde, educação, trabalho, moradia, assistência social e em outras que não envolvam interesses específicos de cada igreja).

Atualmente, na legislatura de 2015/2019, a Frente Parlamentar Evangélica conta com 75 deputados federais e 3 senadores, e contou por um tempo com a liderança do congresso na figura do parlamentar Eduardo Cunha (PMDB). Já na legislatura anterior (2011/2014), os parlamentares evangélicos eram notícia nos principais veículos de comunicação do país, dado o barulho que faziam por questões que são contra suas pautas políticas, como, por exemplo, o material anti-homofobia que o Ministério da Educação pretendia distribuir nas escolas públicas. Declarações proferidas em plenário, alegando que o kit de combate à homofobia era uma forma de incitar os estudantes da rede pública a se tornarem homossexuais, fez tanto estardalhaço que a então Presidente da República, Dilma Rousseff, resolveu suspender a distribuição do material educativo, atendendo, assim, às reivindicações dos paladinos da moral cristã. Ainda que a Frente Evangélica Parlamentar não seja a maioria no legislativo, a bancada possui grande influência nas votações e acabam travando temas polêmicos como casamento homoafetivo, adoção por casais homossexuais, descriminalização do aborto, legalização da maconha.

Ainda que haja uma tentativa de fortalecimento dos congressistas que se opõem à bancada evangélica, temas contrários às doutrinas das igrejas ficam travados no Congresso Nacional, causando morosidade no sistema legislativo e polêmica na mídia. Um caso recente é a derrota da proposta de criação da Frente LGBT, de sugestão do deputado pernambucano Edilson Silva (PsoI). O assunto foi debatido na Assembleia Legislativa de Pernambuco e negado pela maioria – 23 votos contra 10.

Normalmente questiona-se a razão desta expansão levando em consideração teorias de secularização das sociedades ocidentais, tendo como importante perspectiva a ideia de que a política não deve ter nenhum envolvimento com a religião, assim como as instituições religiosas devem manter-se afastadas da política. Segundo essa ideia, política e religião possuem territórios delimitados e definidos. Em meio à racionalidade moderna, acreditou-se no declínio da religião e a extinção da fé como resultado do avanço da ciência e do progresso tecnológico. Os defensores da razão desprezavam profundamente as tradições confessionais e acreditavam na morte da divindade (Roldán, 2008).



Fonte: <http://noticias.ne10.uol.com.br/politica/noticia/2015/03/25/poder-e-religiao-se-confundem-na-politica-e-causam-debates-polemicos-538808.php>

Porém, se por um lado exalta-se o conhecimento científico, e a ideia de que secularização está regularmente associada à privatização e individualização da fé, verifica-se que atualmente esse processo engloba também a publicização e coletivização da religião. Ademais, percebe-se ainda nas sociedades contemporâneas a desinstitucionalização da religião, o colapso das tradições, a erosão da autoridade religiosa, a desestruturação hierárquica do sistema eclesiástico, a perda da credibilidade institucional, a crise das estruturas normativas e a desconfiança em relação às instituições dedicadas à produção de sentido e à imposição de preceitos morais (Catoggio, 2008; Negrão, 2000).

Religiões midiáticas

O fortalecimento da “bancada evangélica” é um dado que coloca em cheque a ideia de que o avanço da ciência e do conhecimento afastam as instituições políticas das orientações religiosas. Mas, além disso, torna-se importante entender como se deu o fortalecimento da Frente

Evangélica Parlamentar. Uma das hipóteses é uma possível ação das igrejas neopentecostais nas campanhas políticas, pedindo votos para seus candidatos que faziam parte de congregações religiosas. De fato, houve um aumento de 40% de candidatos pastores em 2014, com relação ao pleito de 2010. O TSE5 (Tribunal Superior Eleitoral) registrou em 2014 a candidatura de 32 bispos (25% a menos do que em 2010) e 23 padres (15% a mais). Tal número mostra muito mais uma pluralidade de candidaturas de orientação religiosa do que um movimento uniforme, organizado por um grupo específico, como às vezes parece ser. De modo geral, o que se vê é mais um aumento de representantes religiosos no congresso do que representantes de específicas igrejas, tanto que na “bancada evangélica” encontram-se também congressistas católicos, como o caso do deputado Jair Bolsonaro (PP). Dentro do jogo político, os partidos buscam os candidatos de orientação religiosa por estarem mais interessados nos votos que pode acumular tal candidato (elegendo outros candidatos do mesmo partido), e menos preocupados com os preceitos a serem seguidos após a candidatura. Assim, o que se tem observado é que, ao chegar ao poder, os religiosos, muitas vezes afastam-se dos partidos e buscam decisões que beneficiem os interesses de seus grupos.

Para entender esse fortalecimento político que parece não sair especificamente dos cultos, há a hipótese de que os próprios valores democráticos, como liberdade religiosa e de expressão, abrem espaço para a expansão midiática por parte dos religiosos. Com relação aos canais abertos de televisão as igrejas neopentecostais são as principais beneficiárias da prática das emissoras de arrendar uma parte ou a totalidade de sua grade horária. Em números, a soma de pregação cristã na TV já soma mais de 4.800 horas todos os meses. A Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, usufrui de mais de 1,5 mil horas de televisão por mês, distribuídas entre seis emissoras. Além de espaços consideráveis na Record, Rede TV!, Bandeirantes e Gazeta, a Universal mantém controle quase integral sobre a programação da Rede 21 e da CNT. A Rede Globo, por sua vez, cede uma hora por semana à Igreja Católica, o que mostra dois pontos importantes a serem analisados: a frequente presença da religião nos meios de comunicação brasileiros e a articulação das igrejas neopentecostais tanto na política como no uso dos canais de televisão.

Se olharmos o tempo de uso da grade horária pelas instituições religiosas, poderíamos imaginar que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por contar o maior número de horas no ar na TV aberta, contaria com o maior número de representantes no congresso. Porém, não é isso o que se observa. Das cinco igrejas com o maior número de deputados, a primeira é a Assembléia de Deus, com 19 representantes⁶, seguido da IURD, com 9 deputados, Presbiteriana, que conta com 7 deputados, Renascer e Evangelho Quadrangular, com 4 representantes cada. Mas, ainda que os canais de televisão aberta não sejam usadas para pedir votos, o que percebe-se pela diferença entre a Igreja com mais horas na grade de programação e a que apresenta mais deputados no Congresso, é que os meios de comunicação apresentam-se como um importante

5 <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/29/eleicoes-terao-270-pastores-21-bispos-e-16-padres.htm>

6 <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/eleicoes-2014-bancada-evangelica-reelege-deputados.htm>

meio de relacionar o ponto de vista religioso com a moral social, criando uma relação de identificação com o público que, ao escolher seus candidatos, o fará mais por uma inclinação de identificação moral do que um representante religioso.

Observou-se esse movimento a partir de 2010, na candidatura de Dilma Rousseff, quando o ex-presidente Lula expressou que as igrejas evangélicas se beneficiavam da legislação de telecomunicações. A resposta veio rápido com o manifesto “Os evangélicos e a Liberdade de Imprensa”, encabeçado por Silas Malafaia, no qual os religiosos destacaram que

a imprensa livre é fundamental para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Só aqueles que querem sustentar ideologias ultrapassadas e antidemocráticas desejam exercer patrulhamento ideológico, cercear garantias individuais da cidadania e tentar colocar mordada na imprensa”⁷.

O manifesto expressou a união de uma parcela da população em torno da liberdade religiosa mais do que uma segmentação de instituições cristãs e neopentecostais.

Em 2012, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, o governo federal tentou implementar o novo Marco Regulatório da Radiodifusão, no qual uma das mudanças propostas que gerariam maior impacto seria a proibição expressa do aluguel de canais e de horários da programação de rádio e TV. Caso o decreto fosse sancionado, as emissoras seriam obrigadas a comprar os programas produzidos por terceiros - ao invés de receber pelo aluguel. Tal mudança afetaria as igrejas, pois estas estão entre os principais beneficiários da atual legislação, permitindo o aumento de programas religiosos e exclusivamente comerciais. A resposta a tal proposta foi imediata – adiantou o cenário de crise política que passou a enfrentar o governo Dilma Rousseff. Assim que foi publicada a proposta do Novo Marco Regulatório da Radiodifusão⁸, os representantes dos evangélicos no Congresso afirmaram que o governo enfrentaria oposição se tentasse proibir o aluguel de horários na programação de rádio e TV⁹. O então Presidente da bancada evangélica em 2012, o deputado João Campos (PSDB-GO), classificou a proposta de “absurda” e afirmou que o governo não poderia mudar a lei por decreto e por isso caberia aos congressistas impedir a aprovação de eventual projeto de lei com a proposta. “O que motivaria o governo a tomar essa medida? Há alguma reclamação do público? Acho que não. Se há uma brecha na lei, tem que passar pelo Congresso. Somos radicalmente contra.” O Líder do PR em 2012, o deputado Lincoln Portela (MG), afirmou na época que “O governo vai ter uma briga com milhões de religiosos (...) Essa mudança não passa nunca. A própria Record aluga programa para a Universal”¹⁰. O recado de Silas Malafaia foi claro : “Presidenta Dilma Rouseff, não manche o seu Governo com atitudes tão antidemocráticas como essas”¹¹.

7 <https://noticias.gospelprime.com.br/silas-malafaia-publica-manifesto-nos-principais-jornais-do-brasil/>

8 <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/46579-dilma-quer-acabar-com-aluguel-de-horario-na-tv.shtml>

9 http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed697_dilma_quer_acabar_com_aluguel_de_horario_na_tv/

10 <http://www.verdadegospel.com/pt-e-o-governo-querem-impedir-a-pregacao-do-evangelho-no-radio-e-tv-2/>

11 Idem.

A partir de então, a “bancada evangélica” passou a apresentar resistência aos governo de Dilma Rousseff, e afirmando que havia, por parte do governo, um movimento de “evangélico-fobia”¹². A movimentação de oposição ao governo de Dilma, que veio a seguir – como a PEC que dá à Igreja poder de questionar Supremo¹³, ou o próprio processo de impeachment – mostrou a articulação dos deputados de orientação religiosa e o uso das questões morais pelo congresso, para manter o apoio da população.

Outro elemento importante de ser levado em consideração para entender a relação entre o fortalecimento da “bancada evangélica” e os meios de comunicação é observar em que estados brasileiros foram eleitos os maiores números de deputados de orientação religiosa. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentam um número muito maior de deputados evangélicos que todo os demais estados do país.



Como mostra o quadro acima, o Estado de São Paulo conta com 70 deputados, sendo 14 destes serem evangélicos. Já a proporção de deputados evangélicos no Estados do Rio de Janeiro é ainda maior, havendo também 14 deputados evangélicos para um total de 46 parlamentares representando o estado. Uma das hipóteses desta pesquisa para a presença do alto número de deputados de orientação religiosa leva em consideração que os grandes canais de comunicação, em especial de televisão, encontram-se nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, pode haver um maior acesso dos deputados evangélicos aos meios de comunicação. Com a forte presença das religiões neopentecostais nas horas de TV aberta, a orientação religiosa acabaria determinando a programação dos grandes canais de comunicação, e ganhando visibilidade, ainda que de maneira indireta, para os assuntos que interessam à bancada.

A igreja evangélica tem apresentado importante trabalho na sociedade e usa os meios de comunicação para adquirir visibilidade e assim acaba aumentando a confiabilidade das

¹² <http://www.ultimato.com.br/comunidade-conteudo/o-marco-regulatorio-da-radiodifusao-e-a-evangelico-fobia-parte-6>

¹³ <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-11-04/bancada-evangelica-aprova-pec-que-da-a-igreja-poder-de-questionar-supremo.html>

pessoas na instituição, uma confiança não só na área religiosa, mas também na área política e social. Assuntos que interessam a sociedade encontram respaldo nos políticos de orientação religiosa, como (como a união estável entre pessoas do mesmo sexo), criando na classe evangélica a possibilidade de ser ouvida e representada na política.

Considerações Finais

A frequente presença religiosa na política brasileira e como essa presença é assegurada tanto pela estrutura do Estado Democrático, quanto pela população brasileira, sempre encontrou nos religiosos importantes líderes, e não apenas para questões espirituais. Prova disso é o significativo envolvimento de atores religiosos nos pleitos eleitorais na era democrática e, sobretudo, no lançamento de candidaturas oficiais e o financiamento de campanhas políticas por parte de algumas igrejas pentecostais e neopentecostais. Outro fator importante é a disputa nos meios de comunicação em fortalecer seu “cliente-igreja” na medida em que abre espaço para as locações de horas, mas também na presença de programas com teor religioso, direta ou indiretamente, como os cultos televisionados, ou as novelas com mensagem moral e religiosa.

Para tal fortalecimento, observa-se uma orientação ética totalizante que impõe a necessidade de legitimação que há tempos não encontra espaço no âmbito da política. Além da crescente impotência da política, a sociedade contemporânea enfrenta a desconstrução das fronteiras entre o público e o privado. As questões privadas ganham visibilidade pública e tornam-se pautas de discussão nas instâncias políticas. Segundo Bauman (2008), a privacidade invadiu a cena pública com o propósito de esvaziá-la e não de ampliar o debate político. A publicização da vida privada reforça e expõe a vacuidade da privacidade, reduzindo, assim, o interesse pelas matérias públicas.

Contudo, a hierarquia eclesiástica não admite uma fé sem autoridade, uma religião sem moralidade, uma crença sem obediência. Na concepção de clérigos e pastores, o homem não é capaz de orientar sua vida em conformidade com a moral assim como os poderes políticos não estão habilitados a arbitrar normas relacionadas à questão ética. Nos últimos anos, em reação à crise das instituições tradicionais, têm surgido diferentes correntes ideológicas e movimentos religiosos com o propósito de reter o niilismo moral, recuperar os elementos culturais da religião, resgatar a autoridade clerical e afirmar a importância dos códigos éticos (Roldán, 2008). Segundo Bandini (2003), no Brasil, as igrejas evangélicas têm investido na consolidação das estruturas hierárquicas, na racionalização do funcionamento institucional, na burocratização das atividades religiosas, na profissionalização das estratégias políticas e na ampliação da cidadania dos fiéis. A religião, pois, não se encontra mais reclusa na vida privada, passando a circular pelo espaço público e a formular demandas às instâncias políticas. E os meios de comunicação funcionam como uma lente de aumento para essa expressão da vida religiosa privada que passa a circular no espaço público.

Ainda que pareça uma ameaça aos princípios democráticos a presença de congressistas de orientação religiosa, como adverte Habermas (2006), não faz sentido tentar privatizá-la ou expulsá-la da esfera pública, sobretudo em um Estado democrático, no qual preza-se pela individualidade e a

liberdade de culto e de expressão. Ignorar a participação de evangélicos na política e sua relevância pública também pode ser considerado como uma espécie de preconceito e alienação. Não é a participação política da religião que pode ser vista como uma ameaça à consolidação da democracia, contanto que se garanta os princípios da igualdade e da liberdade para todos os credos, mas a manipulação da opinião pública através dos meios de comunicação.

Contanto que respeitem os princípios constitucionais da democracia pluralista, agonística e laica, os crentes, como atores políticos, não devem ser proibidos de atuar no campo da política e participar do debate público. Excluí-los da cena pública e impedi-los de agir politicamente seria um procedimento antidemocrático (Mouffe, 1999 apud Burity, 2001). Pode-se sustentar, então, que a laicidade do Estado não exige a privatização da religião nem interdita a presença do sagrado na arena política. Porém, o que se vem assistindo é justamente o uso da máquina do Estado para uma orientação moral da sociedade que, ainda que carregue a questão neopentecostal, estabelece-se fora das instituições religiosas. Assim, é possível afirmar que é menos arriscado para a democracia um Estado de pluralismo religioso que um Estado monolítico do ponto de vista moral.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Dermi. "A Igreja Católica e seu papel político no Brasil", in: Estudos Avançados, v.18 n.52 São Paulo set./dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- BANDINI, Claudirene A. de P.. *Religião e Política: a participação política dos pentecostais nas eleições de 2002*. Tese de Doutorado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008
- BIRMAN, Patrícia. "Imagens Religiosas e Projeções Para o Futuro". In: BIRMAN, P. (org) *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar editorial, 2003, p. 236.
- BURITY, Joanildo A. "Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica". Revista Eletrônica Rever, São Paulo, no. 04, ano 01, 2001.
- CATOGGIO, María Soledad. "Gestión y Regulación de la diversidad religiosa en la Argentina. Políticas de "reconocimiento" estatal: el Registro Nacional de Cultos". In: MALLIMACI, Fortunato [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008, p. 105 – 116.
- DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e Política: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal*. Tese de doutorado. São Paulo, PUC-SP, 2011.

- HABERMAS, Jürgen. *Israel o Atenas: ensayos sobre religión, teología y racionalidad*. Madrid: Trotta, 2001.
- MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001. p. 16-25.
- MATOS, Alderi Souza de. “Breve história do protestantismo no Brasil”, in Portal Mackenzie. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/6994.html>
- NEGRÃO, Lísias N. “Mercadologicismo: mercado na religião e religião do mercado”. Revista Estudos da Religião, São Paulo, ano XIV, no 18, 2000, p. 55 - 67.
- ROLDÁN, Verónica. “Religión y Política en Italia: la recuperación de los elementos culturales del cristianismo”. In: MALLIMACI, Fortunato [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008, p. 59 - 70.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.